

Prefácio

A terra, o planeta azul, apesar das ameaças e destruições a que tem sido sujeito, persiste marcado por uma multiplicidade de ecossistemas, ainda que cada vez mais explorados, e em perda de biodiversidade. Assim se multiplicam os problemas, misturando-se os mosaicos territoriais dinâmicos e plurifacetados, como sucede em grande parte do espaço europeu, com outros em declínio, onde o desenvolvimento e a sustentabilidade são postos em causa, sobretudo quando os interesses económicos e políticos suplantam a vertente social e ambiental.

Dada a relevância do quadro apresentado, despontam estratégias que apostam num desenvolvimento inclusivo, onde as abordagens ambiental e sociocultural são privilegiadas. Assim se realça a preservação das paisagens e do património, numa perspetiva em que a revitalização dos quadros sociais é primordial. Porém, dada a progressiva degradação ambiental, indissociável da destruição de múltiplos cenários paisagísticos, que reflete as alterações climáticas e a intervenção humana, a consciencialização desta problemática está a aumentar, bem como a necessidade de uma intervenção generalizada, global. Neste contexto, é de referência obrigatória o ano de 2015, em que foram fixados pela ONU os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Numa reunião em que participaram a maioria dos líderes mundiais, estabeleceram-se metas e definiram-se estratégias, visando-se a erradicação da pobreza, num quadro em que o desenvolvimento económico, ambiental e social é privilegiado a diferentes escalas, tendo como limite temporal 2030. Assim surgiu a “Agenda 2030”, através da qual se promove a prosperidade e o bem estar à escala global, preservando o ambiente, enquanto se combatem as alterações climáticas, mas numa perspetiva cada vez mais socializada. Tal é indiscutível, sobretudo quando comparamos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, com os antecedentes 8 Objetivos do Milénio.

Projeta-se a progressiva implementação dos objetivos, até se atingir a escala global, abrangendo-se parâmetros tão diversos, mas interdependentes, como erradicar a pobreza, promovendo o acesso equitativo à energia, à educação e aos serviços de saúde de qualidade, mas também a criação de emprego digno num ambiente onde a sustentabilidade e a eficiência energética, a conservação e a gestão dos recursos endógenos sejam uma realidade. Intenta-se, também, a promoção de instituições eficazes e de sociedades estáveis, onde a justiça e a equidade, a par da igualdade de géneros, seja inequívoca e inclusiva, erradicando-se todas as formas de discriminação e de violência, revitalizando-se os quadros sociais, instituindo-se ainda uma gestão de recursos onde a preservação das paisagens e do património seja uma realidade.

Os parâmetros sociais, porém, exigem uma exploração cada vez mais incisiva, já que permanecem os fluxos migratórios no espaço europeu, enquanto se avolumam as desigualdades e se intensificam antagonismos de carácter político e religioso, entre outros. Urge, pois, aumentar a solidariedade e a responsabilidade, privilegiando a vertente social e cultural nas políticas europeias e nacionais. Recorde-se, aliás, que os contínuos fluxos

migratórios estão, na Europa, cada vez mais a ser encarados como uma oportunidade a monitorizar e valorizar, pois favorecem o rejuvenescimento estrutural da população europeia, mitigando as desigualdades existentes.

A agravar o cenário antes apresentado, estão as questões ambientais, dada a contínua degradação de cenários, de património e de culturas, por vezes milenares. Reflexo também das alterações climáticas, cada vez mais omnipresentes, há que apostar na sustentabilidade dos ecossistemas, na sua diversidade, mas numa perspetiva que abrace as problemáticas locais, passando pela europeia, até se atingir o nível global. Se existir uma convergência das distintas políticas nacionais, onde as estratégias ambientais e sociais ganhem ascendência sobre as economicistas, tal desiderato é possível. Contudo, deve instituir-se um quadro onde também a inovação e a ética estejam presentes, realçando, por exemplo, uma economia circular e humanista, ou mesmo uma bioeconomia, sustentada em meios digitais, no aumento da literacia e da formação técnica. Assim se facilitará o aumento da eficiência dos recursos endógenos, preservando a sua diversidade e perspetivando-se uma maior coesão territorial.

É neste sentido que surge a presente publicação, significativamente intitulada “THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN SPACE / GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU - A strategic (re)positioning of environmental and socio-cultural problems? / Um (re)posicionamento estratégico das questões ambientais e socioculturais?”, onde se questionam estas temáticas, muito complexas, comparando espaços como o europeu com outros como os lusófonos, designadamente o brasileiro. Tal representa a ampliação de sinergias e projetos comuns, num contexto multidisciplinar e interuniversitário, dinâmico e revitalizador. Paulatinamente, realçam-se as vertentes ambientais e sociais, numa tentativa de “humanização e maior equidade social”, única forma de mitigar os problemas existentes.

Com esta publicação pretende-se, pois, contribuir para uma análise fundamentada, abrangente e polifacetada das múltiplas problemáticas referenciadas. Para tal, dividimos o volume em quatro partes, onde as vertentes socioculturais e o ambiente se afirmam, tendo em mente um desenvolvimento sustentável, responsável e inclusivo.

Sendo basilar a aposta estratégica na educação e na formação técnica, meio privilegiado de se ampliar a perceção das diferenças culturais, da visualização das distintas componentes que conduzem ao desenvolvimento sustentável e inteligente, surge a Parte I, designada “Educação e Cultura”. Inclui a colaboração de onze autores, cujo trabalho surge plasmado em oito capítulos, que, retratando distintas realidades, confirmam a importância desta componente. Neste contexto, reflete-se sobre a importância do ensino, como faz Paulo Jorge Santos em “O ensino como arte narrativa”, referindo-se ao impacte na perceção do mundo através da narração de boas histórias, elementos catalisadores da aprendizagem, da consciencialização do estudante para a realidade que o envolve e suas problemáticas.

Estratégia multifacetada, facilita, nomeadamente, a preservação das tradições, mas sob um invólucro inovador, como sucede, na Bulgária, no ensino secundário, facto comprovado por Stella Dermendzhieva e Tamara Draganova em “Traditions and Innovation in the training of “Geography of Countries” in the Secondary Bulgarian School”. Privilegiando neste caso a

perspetiva geográfica, as autoras refletem sobre um ensino onde a conjugação da tradição com a inovação favorece, de facto, a revitalização territorial, a preservação das componentes endógenas distintivas, elementos propulsores do desenvolvimento em vilas e lugares recônditos, onde sobressai o declínio populacional, mas onde os idosos que permanecem representam um testemunho de vivências, da cultura imaterial que, lentamente, se dilui. Aqui está um trabalho a valorizar, como referem também Milen Penerliev e Veselin Petkov em “Bulgarian villages – an authentic “arena” for conducting academic settlement studies”. É um desenvolvimento holístico que se intenta, valorizando a vertente social e cultural.

Tal abordagem é, aliás, reforçada nos capítulos seguintes, como se confirma em “Producción científica de la Union Europea en el campo del Turismo (1998-2017)”, escrito por José Ramon Cardona e María Dolores Sánchez-Fernández. Felizmente, a cultura e o património são cada vez mais valorizados, dadas as suas múltiplas potencialidades. Tendo presente esta diretriz, há que recuperar e revitalizar o património, recorrendo ou não a uma refuncionalização estratégica, designadamente a turística, como demonstra Slavi Dimitrov em “Religious tourism and religious tourism resources” na Bulgária, ou Veselin Petkov em “Socio-cultural features of cultural tourism in Bulgaria”.

Se nos retivermos no espaço português, onde as dinâmicas antes explanadas também se replicam em exemplos apresentados neste volume, aborda-se, de igual modo, a importância da divulgação, a apresentação pública de um produto, parte de uma visão conjuntural. Trata-se de um elemento a explorar, para ampliar as dinâmicas de desenvolvimento, enquanto se saciam as distintas expectativas do visitante, do turista e dos estudiosos. É o que analisa António Barros Cardoso que, em “Como se “vestia” o Vinho do Porto (seculos XVI e XVIII)”, realça um aspeto que denota não só a importância deste néctar de renome mundial, mas também a interferência da imagem, da cultura plasmada numa garrafa e no respetivo rótulo, acrescentando conhecimentos à história do vinho do Porto. A cultura e o turismo ombreiam de forma harmoniosa.

Por outro lado, nesta publicação, são estudadas também propostas artísticas mais recentes, que valorizam a preservação e a difusão documental e artística. Analisando a importância de plataformas de divulgação, reflete-se sobre novas manifestações culturais associadas a múltiplos eventos, num diálogo muito enriquecedor entre o meio brasileiro e o “velho mundo europeu” ou África, como nos propõe Aldones Nino em “Approximations and distancing between contemporary art and decolonial thinking: Documenta 14 e MASP”.

A sociedade internacional encontra-se, de facto, em mudança, razão pela qual surge a segunda parte deste livro. Com os sete capítulos que a compõem, redigidos por dez autores provenientes de quatro países, correspondem a sete perspetivas que abrangem realidades diversas, como a portuguesa, a espanhola, a irlandesa e a brasileira.

As componentes que intervêm nesta mudança global são múltiplas, mas uma das vertentes a considerar, dadas as suas interferências, é o quadro jurídico e a sua relação com as novas tecnologias, o mundo digital, já que esta ferramenta cada vez mais faz parte da vida social e empresarial. Assim se aborda o impacte do processamento e da transmissão de dados

por via eletrônica, ou o comércio eletrônico, dado que, apesar das múltiplas vantagens, nascem desafios a monitorizar, pelo que surgem atualizações e regulamentações internas, para além de novos conceitos. Toda esta dinâmica é abordada por Glória Teixeira e Marlene Teixeira de Carvalho em “Tax challenges in the technological and digital contexts”.

Masmuitos outros desafios se tem de enfrentar no novo milénio, pelos seus reflexos nos núcleos urbanos como também nos espaços rurais, decorrentes, nomeadamente, dos fluxos distintos existentes, com impactes territoriais profundos, como alerta Mary Cawley, em “Rural emigration to International destinations and return: a perspective from Ireland”, ou, em termos mais latos, no espaço europeu, João Luís J. Fernandes, no capítulo intitulado “Os territórios de espera e o fluxo recente de migrantes clandestinos na Europa. O caso particular do campo Jungle, em Calais (França)”. É um dos reflexos de conflitos extra-europeus (tirar) transferidos para o espaço comunitário, com todos os desafios de adaptação cultural e de inclusão envolvidos.

Por outro lado, o declínio populacional é já incontornável na Europa, nomeadamente na Galiza, sendo pertinente a questão que José António Aldrey Vázquez e Xosé Constenla Veja colocam: “El declive de la poboacion en Galicia. Hacia el vacío demográfico?”. Há que reverter esta tendência, cada vez mais pronunciada nos meios mais periféricos europeus, dadas as consequências daí decorrentes, como a degradação ambiental e o abandono do património (material e imaterial), ou a perda de identidade e de quadros paisagísticos únicos, o que acentua a falta de coesão territorial, as desigualdades, os conflitos. Há que travar tal cenário.

As questões de género, sobretudo a importância da mulher na sociedade, não poderia ser ignorada e, neste livro, aborda-se três facetas distintas, mas complementares, que confirmam a ascensão crescente da mulher na atual sociedade. Assim se analisa os “Protestos no feminino na Europa: das “Marias da Fonte” às marchas mundiais das mulheres”, visão explorada por Célia Taborda Silva, numa perspectiva diacrónica e a diversas escalas, mas também outros eventos, que despontam no sentido de se alertar as entidades responsáveis, e a sociedade em geral, para problemáticas como a violência de género na sua interligação com os fluxos migratórios internacionais, como referem Marly de Jesus Sá Dias e Maria Natália Ramos, em “Mulheres brasileiras em Portugal e violência de género: desafios migratórios em contexto internacional”.

Focando o território brasileiro, analisa-se a relutância da mulher em participar mais ativamente na sociedade e na cultura, retratando-se a continuidade da cultura patriarcal, impeditiva de mudanças societárias e dissuasora da participação política feminina, em “Sub-representação das mulheres na política no Brasil: reflexos de uma cultura patriarcal?”, temática estudada por Maria Mary Ferreira.

A sociedade encontra-se, em transformação, em ebulição mas, quer os seus fundamentos, quer a multiplicidade de cenários existentes, quer ainda os desafios enfrentados e as soluções encontradas para mitigar os seus efeitos, sucedem-se. A informação veiculada pelos *média* e por estudos científicos, ao analisarem e difundirem tais problemas e tendências, facilitam a sua resolução.

Apesar de as questões sociais registarem uma difusão e afirmação crescentes, fruto da formação e literacia já existente, as problemáticas ambientais instituíram-se sob a égide da maior consciência da fragilidade progressiva escassez dos recursos naturais da necessidade de preservação dos diferentes ecossistemas. Esta é a temática da Parte III da presente publicação, que, nos seus seis capítulos, redigidos por dezasseis autores, aborda exemplos elucidativos destas problemáticas. De facto, as catástrofes naturais (ou antrópicas?) sucedem-se a uma cadência avassaladora, perceptível à escala de uma geração, mas, em simultâneo, também as soluções para a sua mitigação, por exemplo, através do recurso a energias regenerativas, como refere Ana Isabel Boura em “A política energética alemã – exemplo europeu de sustentabilidade?”, enquanto estratégia para se reduzir a pegada do carbono e se desacelerar o aumento das temperaturas à escala global, bem como os seus impactes.

Tal cenário abarca todo o espaço europeu, surgindo novas estratégias ambientalistas, associadas, ou não, a um quadro partidário, mas visível a distintas escalas. É o caso apresentado por João Monteiro, em “Transição para a cidade pós-carbónica: uma proposta de mobilidade sustentável para Vizela” ou, tendo por base recursos escassos, “Políticas públicas do Brasil para produtos florestais não madeireiros”, tema analisado por Nadja Maria da Silva, conjuntamente com três coautores. Há que conciliar de forma responsável e sustentável a preservação dos recursos naturais e o enquadramento económico-político que os envolve.

Os atropelos à ordem natural dos ecossistemas são, porém, notórios, refletindo-se nas alterações climáticas, o que exige uma abordagem pró-ativa das entidades responsáveis, no sentido de se esbater os seus reflexos, de se antecipar catástrofes e de se obstar ao declínio ambiental e social, nomeadamente no mundo rural, aquele que requer uma atenção incisiva, perante o exacerbar dos seus problemas e periferismo. É o que se constata em “As alterações climáticas nas políticas públicas agrícolas e seu desenvolvimento rural no ensino e na investigação em Portugal” (Margarida Quintela Martins), ou, quando nos debruçamos sobre as secas na Península Ibérica, com consequências gravosas a diferentes níveis, reportadas em “Efectos de la sequía del año 2017 sobre la nebulosidade en la Península Ibérica”, tema explorado por Dominic Royé e Nieves Lorenzo.

As questões ambientais merecem, de facto, toda a nossa atenção, denunciando os cenários dramáticos, mas realçando também as revitalizações e estratégias associadas, sem esquecer ainda que existem diferentes escalas de análise, incluindo a geológica. Tal é importante, como refere Lúcio Lucio Carramillo Caetano (com seis coautores), em “Transgression and regression of the South Atlantic Ocean, Brazilian Coast. Case study: coastal plain of the Paraíba do Sul River, Brazil”.

Felizmente, embora as questões ambientais permaneçam incisivas, a perspetiva social e cultural afirma-se, se bem que persista a ascendência da diretriz (tirar) economicista: é o mundo financeiro que ainda regula a economia mundial, como fica patente na Parte IV desta publicação, se bem que com diferenciações nítidas, designadamente entre os espaços urbanos e os rurais, mas sendo indeléveis, e a diferentes escalas de análise. Em sete capítulos da responsabilidade de doze autores, fica patente que, embora a visão economicista domine, só

num ambiente em que exista a cooperação, a sustentabilidade é possível. Tal está explícito em “Geografia da cooperação internacional para o desenvolvimento: um olhar estratégico das relações Brasil-África no início do século XXI”, capítulo da autoria de André Santos da Rocha, mas também no espaço europeu, nomeadamente na coordenação da economia marítima através da “Política Marítima Integrada”. Trata-se de uma nova estratégia, onde a ciência, a tecnologia, a inovação e, obviamente, a cooperação, sustentados num longo historial mas também na conjugação de interesses dos estados membros, favorece o desenvolvimento, como confirma Regina Salvador em “*A strategy for the Adriatic and Ionian Maritime Region: the making of a macro-region across the EU Border*”.

Mas, com frequência, a ausência colaborativa ressalta, sendo visível a distintas escalas, nomeadamente a nacional, como referem Ileana Constantinescu e Adriana Motatu, em “Aspects theoriques et pratiques concernant les retrocessions en Roumanie”, onde abordam a restituição das propriedades rústicas na Roménia após 1989 e as problemáticas envolvidas, nomeadamente as político-jurídicas.

Restringindo, porém, a escala de análise a espaços mais contidos, as problemáticas mantêm-se. Um caso paradigmático é a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, como explica Leandro Dias de Oliveira, em “As “fronteiras” da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: mudanças territoriais e ajustes no circuito económico-productivo”, tendo por base a expansão da metrópole carioca, na sequência da criação de novas centralidades económicas, industriais e logísticas nas suas “fronteiras”. Estes espaços consolidaram-se como novos focos de desenvolvimento, mas com outros invólucros jurídicos e, sobretudo, logísticos, com reflexos no ordenamento territorial e no quadro social, designadamente nos espaços agrícolas que subsistem na Baixada Fluminense (Rio de Janeiro). Tratando-se de Espaços de estrutura familiar, sob acompanhamento técnico oficial (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), proporcionou-se um aumento dos rendimentos destas famílias, enquanto se valorizou a segurança alimentar e nutricional. Este projeto tem obtido a melhor receptividade, pois também favorece a preservação da identidade camponesa e a inclusão social, como descreve Edilene Portilho (com cinco coautores), em “Fortalecimento da agricultura familiar na Baixada Fluminense – RJ (Brasil): identidade camponesa e inclusão social”. Aliás, no Brasil, depois dos problemas decorrentes do período produtivista, deprecador dos recursos ambientais, tenta-se reverter a situação, realçando e apoiando a agricultura familiar e os produtos biológicos, ou valorizando mesmo as indicações geográficas, como explora Regina Cohen Barros, em “A variedade das indicações geográficas brasileiras e o desenvolvimento local”. Felizmente, esta dinâmica, onde o desenvolvimento sustentável está subjacente, impõe-se, como sucede também com a agricultura social, facto valorizado por Antoni F. Tulla em “La agricultura social (as) como una oportunidad en Europa en el marco de un nuevo enfoque de desarrollo rural sostenible (DRS)”. Desta forma, facilita-se a inserção e o empoderamento de grupos sociais de risco, através da atividade agrícola e do contacto com a natureza, ou direcionando-os mesmo para a transformação artesanal dos produtos agrícolas. Assim se afirma uma nova perspetiva que visualiza as práticas agrícolas como uma função social, já que proporcionam a criação de

emprego e formação. Desta forma se favorece a inclusão social nas áreas periurbanas, nomeadamente em Espanha.

Paulatinamente, valoriza-se a economia solidária, relegando para segundo plano a abordagem meramente economicista. Privilegia-se também os recursos endógenos, físicos e humanos, para além da coesão e da sustentabilidade territorial, como o demonstram os casos exemplificativos de sucesso aqui analisados. Só neste contexto se viabilizará uma economia sustentável, o bem estar e a harmonia social,

Concluindo: adivinha-se, efetivamente, um (re)posicionamento estratégico das questões ambientais e socioculturais com o objetivo de se atingir um desenvolvimento sustentável. A questão plasmada no subtítulo desta publicação ganha, assim, a maior pertinência.

Porto, maio de 2019

Helena Pina